

Experiências escolares de
adolescentes em cumprimento
de medida socioeducativa

*School experiences of juveniles
under socio-educational
corrective measure*

Renata Petry Brondani¹  0000-0001-7251-1449

Dorian Mônica Arpini¹  0000-0002-1667-5112

Resumo

Considerando a importância do ambiente escolar na trajetória de vida de adolescentes e a relevância atual da temática do cumprimento de medidas socioeducativas no país, o presente estudo buscou compreender as experiências escolares anteriores de seis jovens que se encontravam cumprindo a medida socioeducativa de semiliberdade. A pesquisa foi desenvolvida em uma unidade de execução dessa medida, por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com adolescentes do sexo masculino. Foi possível constatar que, nos

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Psicologia. Av. Roraima, 1000, Cidade Universitária, Camobi, 97015-900, Santa Maria, RS, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: D.M. ARPINI. E-mail: <monica.arpini@gmail.com>.

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Processo nº 1698883/2017-2019).

Como citar este artigo/How to cite this article

Brondani R.P.; Arpini, D.M. Experiências escolares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v.24, n.1, p.73-88, 2019. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0870v24n1a4228>



contextos de vulnerabilidade que permeiam as trajetórias de vida dos adolescentes entrevistados, a experiência escolar mostrou-se empobrecida, atravessada por situações de evasão, defasagem escolar e infrequência, assim como por baixa participação e incentivo familiar. Os adolescentes referem pouco envolvimento de seus pais e/ou familiares no contexto escolar, revelando, muitas vezes, dificuldades nesse aspecto. Com isso, compreende-se ser primordial que a escola, por meio de relações empáticas, possibilite a construção de novos referenciais aos adolescentes que apresentem pouca vinculação e investimento escolar, sobretudo quando em cumprimento de medida socioeducativa, visto que esta pode disparar preconceitos e estereótipos que precisam ser superados.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei. Escola pública. Relação escola-família.

Abstract

Considering the importance of the school environment in the life of adolescents and the present relevance of the subject of socio-educational corrective measures in the country, the present study sought to understand how the school experience occurred for six adolescents who were under socio-educational corrective measures of semi-freedom. The research was conducted in a facility where this measure is applied, through semi-structured interviews with male adolescents. It was found that in contexts of vulnerability that pervade the life-stories of the adolescents interviewed, the school experience proved to be impoverished, with high dropouts, school delay and absenteeism, as well as low family participation and involvement. The adolescents report little involvement of their parents and/or relatives in school activities and often reveal difficulties related to their participation. Thus, we understood that it is of prime importance that the school, through empathic relationships, develops new references for adolescents with low school ties and engagement, in addition to being under socio-educational corrective measures as this may trigger prejudice and stereotyping that need to be overcome.

Keywords: Adolescent in conflict with the law. Public school. School-family relationships.

Introdução

No contexto escolar, a experiência da tolerância, do respeito mútuo, da cooperação e da alteridade são vias importantes para que sejam propiciadas situações de exercício da autonomia, por meio da participação criativa, construtiva e solidária na solução de problemas não só no âmbito escolar, mas também na comunidade e na vida social mais ampla. Todavia, aponta-se para o fato de que, na realidade da educação brasileira, as escolas têm encontrado dificuldades para a consolidação desses aspectos nas práticas cotidianas (Silva, 2009).

Nesse sentido, para além da importância de efetivar trocas de conhecimentos teóricos, a escola deveria tentar viabilizar e contribuir para a ocorrência de processos de sociabilidade, cidadania e percepção dos estudantes enquanto sujeitos que compõem situações coletivas em contextos que extrapolam o âmbito da sala de aula. Portanto, a escola constitui um espaço em que o educando deve experimentar o convívio com frustrações, disputas, competitividade e dificuldades nos relacionamentos interpessoais, as quais serão cotidianas em outros âmbitos de sua vida. Nos espaços em que ocorrem os processos de escolarização, pode, pois, existir uma multiplicidade de significados e sentidos (Santos; Nascimento; Menezes, 2012; Pereira, 2016).

Como um microsistema da sociedade, o ambiente escolar não apenas reflete as transformações atuais, como também deve contribuir para lidar com as diferentes demandas do mundo globalizado (Dessen; Polonia, 2007). Dessa forma, a escola marca profundamente a vida dos adolescentes e possibilita o desenvolvimento das capacidades de ouvir, negociar, ceder, participar, cooperar, perseverar, interagir com adultos e identificar outros modelos enquanto referência (Milani, 1999). Tais marcas podem ser tão significativas que, frequentemente, as experiências escolares são referidas como importantes marcadores da memória para crianças e adolescentes (Pereira, 2016). A escola representa um contexto ímpar, ao favorecer a desconstrução e reconstrução de pontos de vista, alargando a visão do sujeito sobre as múltiplas determinações da realidade (Seabra; Oliveira, 2017). Caracteriza-se, portanto, como um local apropriado para oportunizar reflexões sobre atitudes e seu reflexo na vida do outro, visando a melhor convivência nos espaços em que o educando se insere.

A escola pode permitir a experiência do protagonismo, que, de acordo com Silva (2009), pode ser entendido como uma prática da cidadania em favor de todos, do bem comum. Esse protagonismo, que pode ser fomentado aos alunos, pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade. Ademais, por meio do protagonismo permite-se fortalecer a perspectiva da educação para a cidadania, considerando que o desenvolvimento permanente faz parte da construção dos adolescentes, sem perder de vista que estes se encontram num processo – imersos em seu tempo, no seu cotidiano e na história –, sendo um pré-requisito para o desempenho autônomo na sociedade.

Assim, o processo educativo pode permitir o contato dos adolescentes com valores e regras presentes na cultura e, a partir desse contato, mobilizar importantes adaptações que se dão criativamente. Alguns aspectos podem ser transformados nas novas gerações, por não mais coincidirem com os desejos dos adolescentes em um dado momento. Tal capacidade criativa é uma importante característica relacionada às buscas inerentes às novas gerações, na medida em que esse momento da vida é importante para a definição dos papéis que serão ocupados na sociedade, contribuindo também para a melhoria e progresso de suas culturas (Vasconcellos, 1997).

Nessa perspectiva de protagonismo, a escola pode adquirir um papel central na construção do adulto concebido como cidadão pleno da sociedade. No entanto, quando ocorre a exclusão do processo de escolarização, bem como qualquer forma de empobrecimento da experiência escolar, deixa-se de promover o acesso dos adolescentes a dimensões fundamentais de sua própria cultura (Oliveira, 1996). Dessa forma, ao não frequentar o ambiente escolar, o adolescente, além de privado do acesso a esse espaço, é quase que automaticamente excluído de outros contextos, na medida em que a completude dos níveis de escolaridade permite a inclusão em outros espaços da sociedade.

Considerando tais finalidades que extrapolam os elementos teóricos propiciados pela escolarização, espera-se, portanto, que a escola possa estar comprometida com a realidade social, cultural e histórica dos jovens que nela estão inseridos. Os processos educacionais estão intimamente relacionados com processos mais abrangentes, que influenciam a adesão, a filiação e a permanência naqueles espaços. Assim, a busca por reformulações educacionais significativas deve estar associada a transformações do quadro social, cujas práticas educacionais devem cumprir as suas vitais e históricas funções de mudança (Mészáros, 2008).

Nesse sentido, a importância e a obrigatoriedade da escola para as crianças e os adolescentes estão dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação que ampara os direitos para esse público no Brasil. O Estatuto dispõe que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. Assim, o ECA assegura-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis; e acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência (Brasil, 1990).

Tal legislação, como um todo, determina o reconhecimento da prioridade de proteção das crianças e adolescentes como seres em condição peculiar de desenvolvimento no que diz respeito a este e tantos outros direitos que deveriam ser inerentes a essa condição. Assim, por meio do ECA, o país assume sua dívida social para com esse segmento da população, desencadeando uma série de dispositivos de implementação de um sistema de garantia de direitos. Apesar da legitimidade e da importância das normativas existentes, as prescrições legais não têm se mostrado suficientes para impedir o complexo contexto de violações de direitos de que crianças e adolescentes brasileiros continuam sendo vítimas, em escala crescente de magnitude, conferindo uma grave problemática ao país (Barbiani, 2016).

No que diz respeito à questão da violência, extremamente discutida no cenário nacional atual, cabe colocar em pauta o tema do cumprimento de medidas socioeducativas. Estas podem ser aplicadas pela autoridade competente quando verificada a prática de ato infracional por um adolescente, isto é, quando ele passa a atuar violentamente, infringindo a legislação. Entende-se, aqui, por adolescente, conforme definido pelo “Estatuto da Criança e do Adolescente” de 1990, aquele que se encontra na faixa entre os doze anos completos e os dezoito anos incompletos. Nesses casos, de acordo com a gravidade do ato infracional cometido, pode ser aplicada qualquer uma das seis medidas socioeducativas previstas no “Estatuto da Criança e do Adolescente”: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida (estas quatro, cumpridas com o adolescente em liberdade); inserção em regime de semiliberdade (medida socioeducativa restritiva de liberdade); e internação em estabelecimento educacional (medida que compreende a privação de liberdade do adolescente) (Brasil, 1990).

Tal temática faz-se extremamente atual e relevante de ser discutida, pois existem índices preocupantes no país que denunciam um aumento do número de adolescentes em cumprimento de medida privativa ou restritiva de liberdade. Com relação a esses índices, o “Levantamento nacional sobre o atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei”, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), apresenta informações sobre o universo do cumprimento de medidas socioeducativas e revela a necessidade de aprimoramento das políticas públicas de promoção, defesa e proteção dos direitos desse público. Têm crescido os números referentes à variação anual de adolescentes cumprindo medidas com restrição ou privação de liberdade no Brasil: em 2008 havia 16.868 adolescentes cumprindo essas medidas, ao passo que dados relativos ao ano de 2014 indicam um acréscimo para 24.628 adolescentes (Brasil, 2017).

Considerando esses aspectos, o presente estudo buscou compreender como se caracterizaram as experiências escolares no decorrer das trajetórias de vida de adolescentes em cumprimento de

medidas socioeducativas e, em especial, daqueles em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade, público de onde são advindos os participantes desta pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

Delineamento do estudo

Este estudo caracteriza-se por ser de caráter exploratório, uma vez que busca compreender em profundidade os fenômenos da realidade social através do dinamismo dos contextos de vida individuais e coletivos, com toda a riqueza de significados que se fazem presentes. Caracteriza-se também, por ser um estudo qualitativo, na medida em que há uma preocupação com um nível da realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha-se com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos atores envolvidos (Minayo, 2012, 2013).

Ressalta-se que a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico (Minayo, 2012). Dessa forma, acredita-se que os resultados discutidos neste estudo possam abrir novos caminhos, despertar novas indagações e trazer contribuições para os próximos estudos acerca do fenômeno.

A presente pesquisa foi desenvolvida durante o ano de 2016, em uma Unidade de Execução da Medida Socioeducativa de Semiliberdade no Estado do Rio Grande do Sul, voltada ao atendimento de adolescentes do sexo masculino. Embora esta seja uma medida socioeducativa cumprida com restrição de liberdade, a ênfase do programa de semiliberdade é a participação do adolescente em atividades externas à unidade, o que inclui a família, a escola e a comunidade. A sua execução deve prever programas e espaços diferenciados para os adolescentes com progressão de medida e para adolescentes oriundos de primeira medida (Brasil, 2006). Constitui-se como a segunda medida socioeducativa mais restritiva da liberdade (depois da internação), pois implica a institucionalização dos adolescentes durante os dias de semana, sendo que nos finais de semana estes podem deslocar-se para suas residências. Ressalta-se, assim, que os participantes da presente pesquisa, no momento da coleta dos dados na instituição de semiliberdade, estavam frequentando escolas da comunidade, próximas ao local do cumprimento da medida socioeducativa, somado ao fato de que alguns deles também faziam cursos técnicos e de formação no contraturno escolar.

Instrumentos e procedimentos

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, entende-se que o emprego da entrevista contribui para que a temática seja explorada em profundidade, a partir do ponto de vista dos entrevistados. A entrevista constitui uma técnica que possibilita uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação às vivências dos indivíduos em contextos sociais específicos (Gaskell, 2005). Dessa forma, o instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada.

Quanto aos procedimentos do presente estudo, primeiramente, o projeto foi enviado ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Santa Maria. Assim, após a sua aprovação, sob CAEE

57248516.8.0000.5346, o projeto foi apresentado à equipe diretiva da instituição socioeducativa onde o estudo foi realizado. Posteriormente à autorização da Instituição, os objetivos da pesquisa foram explicados aos adolescentes e estes foram convidados a integrá-la. Com o aceite do convite, as entrevistas foram realizadas individualmente, nas dependências da instituição, com duração de aproximadamente cinquenta minutos. Os participantes assinaram o Termo de Assentimento, e o responsável legal pela instituição assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram gravadas e, ao final, transcritas e analisadas.

Ressalta-se, ainda, que o estudo atendeu a todas as exigências da ética em pesquisa segundo as “Diretrizes e normas regulamentadoras envolvendo seres humanos – Resolução nº 510/2016” do Conselho Nacional de Saúde (CNS), como também a Resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia.

Participantes

Realizaram-se seis entrevistas semiestruturadas, perfazendo, portanto, seis adolescentes participantes. Foi incluída no estudo a totalidade de adolescentes atendidos pela instituição que tiveram interesse e possibilidade de participar. Os participantes incluídos neste estudo, conforme critérios de inclusão, deveriam ser adolescentes que estivessem em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade na referida instituição e que assentissem com a sua participação. O Quadro 1 indica as principais características dos adolescentes entrevistados.

Análise dos dados

Os dados obtidos foram analisados por meio da análise de conteúdo temática, uma vez que, ao dispor de resultados significativos, podem-se propor inferências e realizar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (Bardin, 1998). Para

Quadro 1. Características principais dos adolescentes em relação ao cumprimento de medidas socioeducativas nas suas trajetórias de vida.

Participantes	Idade*	Ato infracional cometido e referido**	Histórico de cumprimento de medidas socioeducativas
Participante 1	17 anos	Assalto	Semiliberdade
Participante 2	19 anos	Homicídio	Internação e Semiliberdade
Participante 3	18 anos	Assalto	Internação, Semiliberdade e Liberdade Assistida
Participante 4	18 anos	Latrocínio	Internação e Semiliberdade
Participante 5	18 anos	Homicídio	Internação e Semiliberdade
Participante 6	17 anos	Assalto	Prestação de Serviço à Comunidade, Internação e Semiliberdade

Nota: *Os participantes com idade igual ou superior a 18 anos encontram-se cumprindo medidas socioeducativas, pois o ato infracional foi cometido antes que atingissem a maioridade penal; **Apesar de o termo “assalto”, utilizado pelos participantes, fugir à terminologia jurídica, optou-se por manter a nomenclatura utilizada por eles, pois não foi possível definir se o ato infracional cometido foi roubo ou furto.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2016).

o procedimento de análise, as entrevistas foram inicialmente transcritas e posteriormente analisadas, num primeiro momento individualmente e, após, em seu conjunto. A análise de conteúdo compreende técnicas que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto pesquisado (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014).

Resultados e Discussão

Escola e dificuldades de vinculação: o empobrecimento da experiência escolar

O envolvimento de adolescentes em situações que culminem no cometimento de um ato infracional deve ser compreendido como um fenômeno constituído por diversos fatores e que possui diversas determinações, não sendo possível atribuí-lo a um único fator desencadeante. Nessa perspectiva, as informações existentes com relação a adolescentes autores de ato infracional evidenciam o quanto essa prática está intimamente relacionada com diversas vulnerabilidades anteriores ao cometimento da infração. O presente estudo tem como enfoque as experiências escolares dos participantes, assim como o empobrecimento destas. Tejadas (2007) corrobora tal compreensão, ao afirmar que a maioria dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa não frequenta a escola, o que confirma a sua importância no cotidiano desse público.

Assim, em consonância com a literatura já existente no que diz respeito a essa infrequência, abandono ou dificuldades de relacionamento, o presente estudo constatou a recorrência no discurso dos adolescentes no que diz respeito às dificuldades de vinculação com o contexto escolar, exemplificadas por falta às aulas, evasão escolar, repetência ou dificuldade na relação professor-aluno. Assim, a partir dos pressupostos metodológicos descritos, buscou-se compreender qualitativamente sobre as experiências escolares nas trajetórias de vida dos participantes, de forma singularizada.

Nessa perspectiva, pode-se constatar, de forma unânime, que o ambiente escolar não constituiu uma referência para esses adolescentes. Essa realidade pode ser evidenciada pelas seguintes falas, a respeito de suas experiências escolares:

Participante 1: *Não, eu ia pro colégio, saía pra rua, pra matar [...] Nós saía e coisa.*

Participante 2: *Parava, voltava. Parava, voltava. Parava, voltava. Era sempre assim. Parei na 6ª [...]. Rodava toda hora. Rodava porque não se esforçava [...] É porque eu entrava na pilha dos outros e passava bagunçando também.*

Participante 3: *Eu ia no colégio. Mas mais matava do que ia [...] Hehe. Ficava na rua só [...] E a mãe falava: 'Ah, vai no colégio.' 'Tá, to indo no colégio.'*

Entrevistador: *E quando que tu parou de estudar?*

Participante 4: *Ah, eu parei nos 15 [...]. É [...] que [...] não era assim, na rédea [...] Aí [...]. Largando.*

Participante 5: *Ah, às vezes eu matava aula para [...] pra ir jogar rinha de galo.*

Participante 6: *Já rodei no 3º e no 4º. Por não fazer as coisas na sala de aula.*

A partir desses enunciados, observa-se que, ao mencionarem suas experiências escolares, sobressaem-se justamente aquelas relacionadas às dificuldades na constituição do vínculo com a escola, assim como o fato de que outras experiências mostravam-se mais interessantes. Isto é, ainda que os adolescentes fossem até a escola, eles referem que não permaneciam no local, preferindo “matar” aulas. Salienta-se também que o nível de escolaridade dos participantes é predominantemente defasado em relação à idade, já que, em sua maioria, eles se encontravam no Ensino Fundamental.

Diante disso, pode-se constatar que a escola foi ficando para trás nas suas trajetórias, o que, de acordo com Arpini (2003), pode estar relacionado com o sentimento de que o estudo não lhes dará nenhum retorno, na medida em que o que aprendem na escola não será utilizado mais tarde. Isto é, pode haver um importante distanciamento entre o que as escolas oferecem aos alunos e o que realmente faria sentido para eles e seria interessante e atrativo de ser aprendido ou vivenciado. Graciani (2014) ressalta que as instituições escolares parecem, por vezes, um mundo alheio à vida cotidiana, tornando-se espaços desinteressantes, banalizadores, autoritários e discriminadores.

Nesse sentido, pode-se pressupor que os recursos disponibilizados pelas escolas – aqui entendidas como escolas públicas, que marcaram as trajetórias desses adolescentes –, mostraram-se fragilizados, no sentido de não oportunizar uma relação que se constituísse suficientemente forte e significativa para a construção de um projeto futuro. Os participantes referiram preferir o convívio com seus pares nas ruas ou em outros espaços, ainda que a escola também pudesse permitir trocas com o intuito de sociabilidade. Esses aspectos podem enunciar a ausência de sentido associada ao ambiente escolar, ocorrida quando este se distancia do contexto cultural em que os adolescentes se encontram inseridos. Estes almejam encontrar na escola um espaço qualificado que esteja associado às suas vivências e que tenha relação com as vivências práticas (Santos; Nascimento; Menezes, 2012). Assim, de acordo com Arpini (2003), os adolescentes podem encontrar dificuldades na vinculação com instituições escolares que desconsideram a sua realidade e a sua experiência sociocultural cotidiana.

Nessa perspectiva, Burgos (2012) aponta a necessidade de percepção e posterior ação nos ambientes escolares por parte dos profissionais, diante das demandas que se fazem presentes em cada contexto. Assim, o autor ressalta a importância de se preservarem os processos de aprendizagem, mas também uma preocupação com a formulação de procedimentos que assegurem uma abertura para novas demandas e novos aprendizados que têm como fonte os alunos e o seu mundo. A partir dessa perspectiva é que as escolas poderiam se tornar mais acessíveis e democráticas.

Adicionalmente a esses aspectos, muitas vezes, parece não haver perspectivas (ou interesse) de prolongamento dos estudos por parte dos adolescentes, de modo que, considerando os grupos populares dos quais eles são advindos, saber ler e escrever já pode lhes parecer suficiente para exercerem o trabalho que têm em mente (Arpini, 2003). Nos percursos de vida desses adolescentes, além de conviverem com a precarização do processo de escolarização, eles se deparam com a precarização das condições de trabalho, mediante a terceirização de serviços, a subcontratação, o trabalho informal, ou mesmo o desemprego prolongado, o que pressupõe um futuro incerto (Cordeiro, 2008).

Nesse sentido, as dificuldades e fragilidades atreladas ao contexto escolar e, conseqüentemente, ao mundo de trabalho podem, por vezes, exacerbar e completar ciclos de pobreza e exclusão (Mello, 1999). Assim, essa perspectiva pode estar associada ao lugar que a escola ocupa no contexto de vida dos

adolescentes e pode também estar repercutindo diretamente nos projetos de vida desses adolescentes. Esses projetos podem estar atravessados por percepções que eles possuem das trajetórias escolares de seus pais, outros familiares, irmãos mais velhos ou amigos, que possivelmente também se viram precocemente interrompidas por outras necessidades que se fizeram prementes, principalmente de trabalho e renda.

Em um estudo que se propôs conhecer as opiniões de jovens provenientes de classes populares sobre o trabalho, verificou-se que estes o compreendem como a forma pela qual conseguiriam atingir a independência ou autonomia financeira com relação à família, em uma busca pelo sustento pessoal. Atribuem-se tais resultados à própria condição socioeconômica da família dos participantes. Nesse sentido, de acordo com as autoras, a baixa renda dos contextos familiares de onde são advindos configuraria uma carga de restrições colocada aos jovens. De maneira geral, os participantes do referido estudo, que eram estudantes, encontravam-se inseridos no mercado informal de trabalho, geralmente caracterizado pela baixa remuneração e condições precárias. Tais aspectos parecem identificar fragilidades na obtenção de trabalhos socialmente mais valorizados (Sobrosa *et al.*, 2013).

A partir dessas reflexões, pode-se constatar também que um importante desafio das instituições escolares seja, justamente, fomentar a compreensão de que a escolarização e os conhecimentos passíveis de serem adquiridos na escola são importantes para a vida, em uma perspectiva longitudinal, de longo prazo. Nesse sentido, a escola deve promover compreensões críticas sobre a sociedade em que se vive, com base em um funcionamento permeado por diversas complexidades e desigualdades, possibilitando processos de maior autonomia e protagonismo. No entanto, tal compreensão, certamente, está perpassada pelas relações que serão construídas no ambiente escolar, as quais nem sempre se dão de forma tranquila, trazendo aspectos da realidade dos adolescentes.

Em especial, o presente estudo salienta as relações estabelecidas entre professor-aluno, conforme mencionado pelos participantes:

Participante 2: *Não fazia nada na aula. Nada, nada. Xingava as professora tudo, seguido.*

Participante 6: *É, na escola eu aprontava bastante, hehe. Uma vez eu fiz a professora chorar de tanto incomodar [...]. Dizia que tava com dor de cabeça. Eu gostava de incomodar, né, dona?*

Como evidenciado pelos trechos anteriores, alguns dos participantes, ao referirem sobre suas experiências escolares e os entraves relacionados a elas, trazem a figura do professor como central nesses processos. Tais relatos demonstram a existência de atritos, conflitos e dificuldades de relacionamento. Evidenciam-se, muitas vezes, aspectos relativos às relações de poder e às diferenças de linguagem e forma de pensar de alunos e professores, fatores esses que expõem problemas e conflitos das instituições.

A figura do professor pode constituir uma importante conexão do adolescente com a instituição escolar, sendo tal vinculação de extrema relevância para a concretização de experiências mais enriquecedoras, assim como para possibilitar a permanência do adolescente na escola. Além disso, considerando os contextos permeados por diversas vulnerabilidades, destaca-se a importância de se estabelecerem vínculos com figuras de referência que irão investir em suas potencialidades, por meio de relações seguras, afetivas e empáticas. Nesse sentido, as falas dos adolescentes colocam

um importante desafio por problematizarem e pautarem as dificuldades na relação professor-aluno. Na busca de superação desses obstáculos, pode-se promover um estreitamento dos vínculos dos adolescentes com a escola. As falas dos adolescentes também podem ser pensadas como uma forma de eles se defenderem de um contexto ao qual não se sentem plenamente integrados, culminando em relações que assumem um caráter desafiador e que precisam ser compreendidas e trabalhadas, visando o acolhimento e a permanência na escola.

Além disso, faz-se importante problematizar sobre a relação dos adolescentes com uma figura que pode representar a autoridade, uma vez que a relação com o professor é perpassada por desafios no que diz respeito ao convívio com as normas e regras estipuladas por ele. Como profissional que atua em um espaço público, o professor se vê investido de uma autoridade necessária ao exercício de sua função (Soares, 2012). Assim, tais relatos também parecem evidenciar o reconhecimento, por parte dos adolescentes, de suas próprias dificuldades no estabelecimento de relações que pressupõem o exercício do cumprimento de regras, o que pode interferir no sentimento de desconforto em relação à escola e ao que ela representa.

Dessa forma, a dificuldade de adaptação do aluno à escola deve ser repensada diariamente na prática dos professores, de modo a evitar que o descompasso entre as expectativas dos alunos e dos professores culmine em infrequências, defasagens e, até mesmo, evasão escolar. Quando o ambiente escolar não se torna significativo, ou deixa de sê-lo na vida de uma criança ou adolescente, perdem-se muitos aspectos que são imprescindíveis nessa etapa da vida. Nessas situações, não conseguem viabilizar o direito que possuem de ter assegurado, com absoluta prioridade, o acesso à educação. Dessa forma, pode-se compreender a escola como um importante instrumento para a efetivação da rede de proteção para as crianças e adolescentes, tendo em vista que diversas problemáticas surgem e ganham repercussões nesse espaço.

Em consonância com essas reflexões, Murgo, Alves e Francisco (2016), afirmam que nos contextos escolares faz-se indispensável conferir atenção à afetividade na relação educador-educando, pois, do contrário, trabalha-se somente com a construção do real, do conhecimento mecanizado, deixando de lado o trabalho de constituição do próprio sujeito e de seu desenvolvimento integral, enquanto um ser social e culturalmente construído. Assim, destaca-se a importância de se atentar para os aspectos que envolvem a relação educador-educando e a necessidade de desenvolver estratégias criativas que possam construir relações de afeto e contenção, para que posteriormente a aprendizagem possa se dar.

O investimento nas relações estabelecidas com a figura de referência do professor fortalece a vinculação com a própria instituição escolar como um todo. Afinal, as instituições escolares podem se tornar representativas no cotidiano dos estudantes, entre outros aspectos, pelo investimento nos vínculos nelas construídos e pelas possibilidades de pertencimento. De acordo com Mello (1999), o bom desempenho dos educandos também está relacionado com o bom desempenho da escola. Quando essas relações adquirem um caráter profícuo, todos, reciprocamente, são fortalecidos através do processo educativo.

Sendo assim, nesta categoria foram abordadas as dificuldades e atravessamentos que marcaram as experiências escolares dos adolescentes participantes. No entanto, além disso, existem outras vulnerabilidades, referenciadas nos discursos, que se fazem presentes na realidade cotidiana dos adolescentes.

A seguir, são discutidos alguns aspectos familiares presentes nas trajetórias de vida dos participantes, entendendo-se que esses aspectos certamente influenciam na temática da escolarização, assim como na vinculação com as instituições escolares.

O contexto escolar perpassado pelas questões familiares

Tanto a família quanto a escola caracterizam-se como instituições fundamentais para o desencadeamento de processos significativos no que diz respeito ao desenvolvimento físico, intelectual e social dos sujeitos (Polonia; Dessen, 2005). O envolvimento e a parceria da família com a escola devem, portanto, ser fomentados ao máximo, considerando a relevância que ambas as instituições possuem. De acordo com Zappe (2010), a fragilidade da vinculação com a instituição escolar, somada às problemáticas familiares, pode contribuir para o envolvimento dos jovens em atos infracionais, justamente por estarem pouco vinculados ou possuírem fragilidades nas relações com essas instituições que, dentre outras finalidades, auxiliam na transmissão das normas sociais. Nesse sentido, entende-se ser fundamental refletir acerca de como se dão as relações entre família e escola na constituição e formação dos adolescentes.

Em uma pesquisa realizada por Feijó e Assis (2004) com adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade, pôde-se constatar que a maioria dos entrevistados provinha de famílias cujos pais se separaram, ou cujos genitores abandonaram os filhos, morreram ou formaram outras famílias com novos companheiros. As autoras salientam que, em termos de relacionamento familiar, verificou-se uma rede de problemas de relações interpessoais de comunicação entre os pais e destes com os filhos. Ainda neste estudo, revelou-se, também, uma gama de desentendimentos e desafetos nas famílias envolvidas, sendo este um dos fatores que estaria atrelado ao envolvimento com a infração.

Nessa mesma perspectiva, no presente estudo, os adolescentes que o integraram referiram diversas vulnerabilidades em suas experiências familiares. No entanto, no que diz respeito à temática proposta para este artigo, os adolescentes referiram sentir que, para os seus familiares, a escola não teria sido compreendida com a relevância necessária. Foram verbalizados contextos de dificuldades das respectivas famílias, sendo apontado que estas não se integraram e não se inteiraram dentro do âmbito da escolarização dos filhos, como pode ser evidenciado pelas seguintes falas:

Entrevistador: *E teus pais achavam que tu tava na escola?*

Participante 1: *Não [...] meus pais nunca deram bola.*

Entrevistador: *E quando que tu parou de estudar?*

Participante 4: *Ah, eu parei nos 15.*

Entrevistador: *E daí por que que tu acha que tu parou de estudar?*

Participante 4: *É [...] que [...] não era assim [...] meu tio não me levava muito.*

Participante 6: *Porque que antes lá no meu pai [...] o meus pais não davam muita bola pra estudar.*

A partir desses relatos pode-se perceber que as dificuldades de reconhecimento da importância da escola, assim como da vinculação com ela, demonstraram não estar somente relacionadas ao próprio adolescente, mas também parecem existir no contexto familiar. De acordo com a perspectiva dos adolescentes, suas famílias não teriam demonstrado preocupação com a continuidade dos estudos e a frequência no ambiente escolar. Nesse sentido Santos, Nascimento e Menezes (2012), a família possui um importante papel na maneira como o jovem pode passar a entender a escola e os processos de escolarização.

No entanto, diante dessa realidade dos adolescentes, salienta-se que tais aspectos familiares não devem ser trabalhados nas escolas a partir de uma perspectiva de culpabilização, mas, sim, compreendidos como uma necessidade a ser enfrentada. Ademais, esses aspectos podem estar enunciando justamente “pedidos de ajuda”, em razão de essas famílias estarem submersas em tantas vulnerabilidades que nem sempre conseguem dar a devida atenção e importância a esse espaço que deveria ser inerente às trajetórias dos adolescentes.

Segundo Rocha *et al.* (2014), a resolutividade de situações de empobrecimento da experiência escolar pode se dar, justamente, através do conhecimento dos contextos que permeiam as trajetórias de vida dos adolescentes, possibilitando a aproximação da escola com a realidade mais ampla dos alunos, o que inclui também considerar aspectos familiares. Dessa forma, a partir da compreensão de que a escola estaria atenta e preocupada com esses aspectos, seria possível mudar o olhar e o entendimento por parte dessas famílias acerca da importância da escola para seus filhos, promovendo uma aproximação entre ambas as instituições. Entende-se que as difíceis histórias de vida marcadas por vulnerabilidades e, por vezes, situações que envolvem a violência, possam ser superadas com a ajuda da escola quando haja a possibilidade de estabelecimento de relações investidas e afetivas, livres de estereótipos e preconceitos.

No entanto, para que a família possa favorecer a permanência dos filhos na escola, não basta meramente fornecer a merenda, ou o livro, ainda que estes sejam importantes motivos para frequentar tal espaço. Faz-se necessário mais do que isso: é preciso amparar as famílias e permitir também o seu acesso à escola, recebendo não apenas os alunos, mas acolhendo sempre que possível essas famílias. Seria importante que essa aproximação ocorresse não somente para fazer críticas ao desempenho escolar dos filhos, mas sim para estabelecer uma verdadeira aproximação com as famílias, fortalecendo vínculos. Assim, seria possível que tanto a escola quanto os alunos pudessem se fortalecer nessa relação, entendendo as famílias como inerentes a esse processo (Mello, 1999). Portanto, faz-se necessária por parte das instituições escolares uma verdadeira implicação com o processo educativo dos alunos, o que, certamente, extrapola o âmbito dos conteúdos programáticos e dos conhecimentos teóricos. Na medida em que aconteça essa compreensão, torna-se possível que a escola seja entendida como um local de referência, essencial na rotina dos adolescentes. Essa relação e investimento poderiam constituir um importante recurso, buscando romper e superar ciclos de exclusão, tão presentes nos contextos de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Dentro dessa reflexão, Seabra e Oliveira (2017) apontam como extremamente importante a tentativa de se aproveitar o momento em que o adolescente se encontra cumprindo a medida socioeducativa, como uma possibilidade de sensibilizar o contexto familiar e o próprio adolescente

para que atentem sobre a importância da escolarização. Isto é, no momento em que os adolescentes e familiares encontram-se recebendo o suporte de profissionais com vistas à reinserção social, haveria um grande potencial para problematizar e auxiliar nesses aspectos. Assim, podem emergir outros referenciais e a possibilidade de outros olhares, de modo a contribuir para o fortalecimento do vínculo e da relevância da escola na trajetória desses adolescentes, o que poderia auxiliar também no rompimento de comportamentos infracionais.

Apesar das dificuldades relatadas pelos adolescentes entrevistados na sua vinculação com o ambiente escolar, estes parecem também, através das suas falas, reconhecer a importância desse espaço:

Participante 2: *Bá [...] Hehe [...] Bá, me arrependo de ter largado o colégio, assim, quando eu era pizinho [...] Bá, me arrependo [...] o que eu passava fugindo do colégio, né?*

Participante 3: referindo-se ao filho: *Eu imagino que eu vou [...] levar todos os dias no colégio. Não vou deixar faltar um dia [...] porque [...] começar a faltar desde cedo, depois [...] vai no mal caminho. Pegar o costume. Daí eu vou mandar minha mulher levar ele pra creche, depois eu vou levar pro colégio.*

Entrevistador: *Mas se tu te imaginasse sendo pai, assim [...] tu acha que tu [...] que tu faria alguma coisa de diferente do que fizeram contigo?*

Participante 6: *Faria diferente. Não deixar sair muito pra rua. E estudar bastante, né, dona?*

A partir dessas falas, pode-se entender que haveria, por parte dos adolescentes, a compreensão da escola como um espaço que deveria ter se caracterizado de forma diferente em seus cotidianos. Esses aspectos tornam-se ainda mais evidentes quando os Participantes 3 e 6 referem que gostariam de participar e contribuir para que a escola venha a se tornar uma referência na trajetória de vida de seus filhos, no momento em que se tornarem pais. Ainda que existam dificuldades de vinculação escolar relacionadas às diversas vulnerabilidades presentes nos contextos dos adolescentes que cometeram atos infracionais, a escola deve ser um dos principais aspectos a serem investidos e explorados durante o cumprimento da medida e, de forma alguma, desperdiçado.

Nesse sentido, acredita-se que uma das maiores contribuições do presente estudo seja a constatação de que o cumprimento de uma medida socioeducativa possui, de fato, uma grande potencialidade para sensibilizar os adolescentes sobre a importância da vinculação com a escola. Ademais, a reinserção social do adolescente, como um dos principais pilares da ação socioeducativa, só poderá ser efetiva quando se puder propiciar a ele o acesso à educação, considerando ser esse um direito primordial previsto na legislação. Certamente, a socioeducação mostrar-se-á mais efetiva quando possibilitar ao adolescente, justamente, refletir sobre a importância e as reverberações possíveis atreladas à experiência escolar.

Considerando o histórico de conflito com a lei e o cumprimento de regras, entende-se, assim, que tanto a escola quanto a família e as próprias instituições socioeducativas devam buscar atuar em conjunto, visando uma finalidade comum. Tal finalidade pode ser alcançada por meio de relações capazes de se apoiarem mutuamente, em benefício dos adolescentes, com base em suas realidades e trajetórias singulares. Por se tratar de adolescentes e por estarem eles em condição peculiar de desenvolvimento,

a atenção e o olhar das diferentes instituições permitem que regras imprescindíveis para a convivência em sociedade possam ser introjetadas, exercitadas e vivenciadas em suas rotinas. Assim, pode-se pensar que os referenciais que se coloquem compreensivamente e em consonância com o contexto de cada sujeito, tornem possível a convivência harmonizada com as normas sociais.

Considerações Finais

Os resultados da presente pesquisa puderam evidenciar as frágeis relações que os adolescentes entrevistados referiram ter com a escola. Percebeu-se que a baixa escolaridade dos participantes está vinculada às infrequências e às dificuldades em permanecer assíduos e interessados nesse espaço que não está atrelado a seus cotidianos. Constatou-se também, a partir da perspectiva dos adolescentes, a existência de dificuldades de relacionamento com os professores.

Diante disso, enfatiza-se que a escola, por meio de relações empáticas e comprometidas, possibilite a construção de novos referenciais aos adolescentes, em especial para aqueles que apresentam envolvimento com situações de violência, fazendo com que se sintam mais atraídos e acolhidos pelo espaço escolar. Dada a necessidade de corresponsabilização – tanto da família quanto da comunidade, da sociedade em geral e do poder público –, por assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, incluem-se aí as escolas como importantes dispositivos de efetivação dessa responsabilidade.

Quando a escola deixa de se fazer presente no cotidiano de crianças e adolescentes afetados por inúmeras vulnerabilidades, tem-se um indicativo de que há algo a ser transformado, no sentido de que eles precisam ser olhados com mais cuidado e de que uma rede precisa ser acionada para dar conta dessas problemáticas. Entende-se, assim, a frequência escolar como um importante fator de proteção diante das vulnerabilidades, além da existência de profissionais atentos, reflexivos e comprometidos com o desenvolvimento dos seus alunos.

Sabe-se que é inerente a qualquer contexto escolar a vivência de conflitos, frustrações e insatisfações, que estão atravessados pela própria experiência de sociabilidade e alteridade que a escola propicia. Assim, salienta-se a importância de que o adolescente encontre um espaço acolhedor na escola, tendo atendidas suas expectativas e seus desejos. No entanto, a frequência escolar, por si só, não garante uma experiência escolar que possa ser significativa aos reais interesses e necessidades dos adolescentes. Faz-se necessário que esse espaço adquira um sentido para o aluno, sendo parte fundamental para a construção dos seus projetos de vida.

Por fim, cabe destacar que as fragilidades referidas acerca das experiências escolares evidenciam que a relação adolescente-escola não está devidamente ou solidamente construída. Tem-se assim um importante desafio, o de repensar a escola e sua relação com os adolescentes que compõem esse grupo social, na busca por compreender o sentido da escola para eles. Será preciso dedicar atenção e desenvolver uma capacidade transformadora com o intuito de repensar essa situação. Não está em questão prescindir da escola, mas, sim, encontrar estratégias para ampliar suas potencialidades e possibilitar mudanças na trajetória de vida desses adolescentes.

Este estudo não teve a intenção de esgotar as possibilidades de análise acerca da temática explorada; todavia, foi possível discutir elementos relacionados à percepção dos próprios adolescentes

sobre suas experiências escolares. Além disso, foram reiteradas a importância da escola e a possibilidade/necessidade de ampliar o vínculo desses adolescentes com o contexto escolar, tida como uma das mais potentes estratégias para superar a relação deles com a violência e abrir-lhes a possibilidade de pensar outros projetos de vida. Destaca-se também a responsabilidade social que a educação, por meio das unidades escolares, possui nas diferentes trajetórias de vida, em especial nos contextos em que a vulnerabilidade se faz presente.

Colaboradores

R.P. BRONDANI, realizou as entrevistas com os participantes, as respectivas transcrições e a análise dos dados. D.M. ARPINI promoveu reflexões e discussões com a acadêmica, realizou supervisões semanais, leitura das entrevistas, análise dos dados e contribuiu com a escrita do artigo.

Referências

- Arpini, D.M. *Violência e exclusão: a adolescência em grupos populares*. Bauru: EdUSC, 2003.
- Barbiani, R. Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde. *Saúde Debate*, v.40, n.120, p.200-211, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n109/0103-1104-sdeb-40-109-00200.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2017.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1998.
- Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. *Levantamento anual Sinase 2014*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2017.
- Brasil. Presidência da República. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: Sinase*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- Burgos, M.B. Escola pública e segmentos populares em um contexto de construção institucional da democracia. *Dados*, v.55, n.4, p.1015-1054, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2017.
- Cavalcante, R.B.; Calixto, P.; Pinheiro, M.M.K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação e Sociedade: Estudos*, v.24, n.1, p.13-18, 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871>>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- Cordeiro, D.M.A. *Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades*. 2008. 186f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- Dessen, M.A.; Polonia, A.C. A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, v.17, n.36, p.21-32, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003>. Acesso em: 24 jan. 2018.
- Feijó, M.C.; Assis, S.G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v.9, n.1, p.157-166, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2004000100017&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 2 nov. 2017.
- Gaskell, G. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, M.W.; Gaskell, G. (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p.64-89.
- Graciani, M.S.S. *Pedagogia social*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- Mello, S. L. Estatuto da Criança e do Adolescente: é possível torná-lo uma realidade psicológica? *Psicologia USP*, v.10, n.2, p.139-151, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- Mészáros, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Milani, F.M. Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão. *Educar em Revista*, n.15, p.1-8, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601999000100009>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Minayo, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.17, n.3, p.621-626, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jan. 2018.

Minayo, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, M.C.S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2013. p.9-30.

Murgo, C.S.; Alves, W.A.; Francisco, M.V. A afetividade na relação professor-aluno: perspectivas de estudantes de Pedagogia. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v.21, n.2, p.211-220, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/2920/2289>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Oliveira, M.K. Escolarização e organização do pensamento. *Revista Brasileira de Educação*, n.3, p.97-102, 1996.

Pereira, A.B. Outros ritmos em escolas da periferia de São Paulo. *Educação e Realidade*, v.41, n.1, p.217-237, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000100217>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Polonia, A.C.; Dessen, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.9, n.2, p.303-312, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Rocha, P.J. et al. Reflexões sobre a violência reproduzida por crianças e adolescentes inseridos em uma escola aberta. In: Arpini, D.M.; Cúnico, S.D. (Org.). *Novos olhares sobre a família: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Curitiba: Editora CRV, 2014. p.139-156.

Santos, R.M.; Nascimento, M.A.; Menezes, J.A. Os sentidos da escola pública para jovens pobres da cidade do Recife. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v.10, n.1, p.289-300, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2012000100018&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Seabra, R.C.F.F.; Oliveira, M.C.S.L. Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.21, n.3, p.639-647, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300639&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Silva, T.G. *Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano*. 2009. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

Soares, A.S. A autoridade do professor e a função da escola. *Educação e Realidade*, v.37, n.3, p.841-861, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/08.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

Sobrosa, G.M.R. et al. Opiniões sobre trabalho em jovens de classes populares. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v.14, n.2, p.265-276, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902013000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Tejadas, S.S. *Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007.

Vasconcellos, A.T.M. Violência e educação. In: Levisky, D.L. (Org.). *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p.111-118.

Zappe, J.G. *Adolescência, ato infracional e processos de identificação: um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade*. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

Recebido em 28/3/2018, rerepresentado em 19/6/2018 e aprovado em 29/6/2018.